



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº 38  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica: 29

**PROTOCOLO 57-000023/2019****PARECER Nº 010/2019-DP-4**

**EMENTA:** ANÁLISE EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019 – AQUISIÇÃO DE TELA PARA ALAMBRADO - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 8.666/93.


Através do presente protocolo, o Pregoeiro solicita análise da minuta de Edital e respectivos anexos, para o Pregão Eletrônico nº. 003/2019, cujo objeto é a aquisição de tela para alambrado, atendendo as especificações contidas tanto no Projeto Básico (fls.1/3), bem como na minuta sob análise, tendo sido devidamente estabelecidas as especificações e quantidades, os parâmetros de preços e limites para o certame, bem como as obrigações das partes.

Da análise da minuta do instrumento convocatório e respectivos anexos, temos a considerar que estão em consonância com as determinações legais (art. 38, inciso VI, da lei nº 8.666/93), razão pela qual, por não ter sido observado qualquer vício que inviabilize a continuidade do processo licitatório e desde que observadas as formalidades legais quanto à publicidade e aos prazos para a deflagração do certame, tem-se que a Minuta de Edital apresentada para o Pregão Eletrônico nº 003/2019 está em consonância com o ordenamento jurídico vigente, estando apto para a continuidade.

Anota-se, ainda, que a Diretoria Executiva já autorizou a abertura do processo licitatório na modalidade adotada (fls. 08), bem como indicados o gestor e respectivo suplente (fls. 09), declaração que os preços dos itens em referência estão de acordo com o praticado no mercado (fls. 13), faltando somente a Gerência Financeira atestar a disponibilidade de recursos financeiros para as despesas em questão, devendo portanto ser acostada previamente ao processo.

Diante disto, observadas as exigências de ordem legal e estando o edital e respectivos anexos em consonância com as determinações da Lei 8.666/93, bem como com a juntada da declaração de disponibilidade financeira para a despesa, entende esta Supervisão Jurídica que poderá ser dado continuidade e deflagrado o certame.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2018.

  
**SANDRA REGINA S. ROMANIELLO**  
Supervisão Jurídica